

Adriano Michel Helfenstein

Silvana de Abreu

Adriano_amh@hotmail.com

sabreu@ufgd.edu.br

O PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”, COMO TENTATIVA DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E SEUS INPACTOS NO SISTEMA PRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO SUL-FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL

Introdução

O Programa LUZ PARA TODOS – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – está sendo executado pelo Governo Federal, no interior do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007) e tem como objetivo principal propiciar, até o ano de 2011¹, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Ele foi iniciado em 2004 e tinha, em uma primeira etapa, o desafio de acabar com a chamada exclusão elétrica no País, levando energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural, até 2008, porém a realidade física das regiões, principalmente a região Norte, fez com que o prazo fosse revisto.

Com um orçamento de R\$9,5 bilhões para ser executado durante o período de quatro anos relativos ao “Brasil de Todos” (PPA 2004-2007), o LUZ PARA TODOS vem sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. Da parte do Governo Federal foram disponibilizados no citado PPA R\$6,8 bilhões e o restante do recurso será partilhado entre o governo estadual e os agentes do setor de energia elétrica. Os recursos federais tem sido de fundos setoriais de energia – a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

A justificativa para o Programa está embasada nos estudos formulados sobre o acesso a energia elétrica, pelo Ministério das Minas e Energia, que apresentam o chamado mapa da exclusão elétrica no País e revelam que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Além disso, cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural² Textualmente:

Dado o contexto apresentado, em que 80% da exclusão elétrica está no meio rural, o Governo Federal ... elaborou o Programa Luz para Todos, que objetiva garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, melhorar a prestação de serviços à população beneficiada, intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados.³

¹ Celso Marlei, diretor do comitê gestor do Programa Luz Para Todos em Mato Grosso do Sul, durante entrevista pessoal no dia 11/10/2006.

² In: www.mme.gov.br 15/04/2006

³ “Programa Luz para Todos” In: www.mme.gov.br 15/04/2006

Assim, para o governo, é possível utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico dessa população, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.⁴ A idéia é de que a chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do Governo Federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Por isso, a ligação da energia elétrica até os domicílios tem sido gratuita e inclui a instalação de três pontos de luz e duas tomadas.

Além disso, com o Programa, o governo sinaliza com a antecipação, em sete anos, da universalização da energia elétrica no País, seguindo as metas do cronograma de atendimento previsto no “LUZ PARA TODOS”. Pela legislação atual, as concessionárias de energia tem prazo até dezembro de 2015 para eletrificar todos os domicílios sem acesso à energia elétrica no Brasil.

Desde sua criação, segundo os dados do Governo⁵, 130 mil famílias assentadas na reforma agrária foram atendidas com o Programa, em todo o Brasil. O LUZ PARA TODOS tem sido implementado através de ações integradas, coordenadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) participam indicando quais assentamentos rurais têm prioridade para receber energia elétrica.

No Mato Grosso do Sul, de acordo com a pesquisa do MME, quando inciou o Programa, cerca de 5% dos habitantes (97.922 pessoas) não tinham acesso à energia elétrica. Deste total, 84,4% (82.619 pessoas) estavam na área rural. O município com menor índice de atendimento era Japorã (Região Sul-Fronteira), onde apenas 67,10% da população tinham acesso à energia elétrica.

Assim, a meta para esse estado era de que com a expansão do atendimento do LUZ PARA TODOS, poderia haver a antecipação do ano máximo da universalização de 2013, para 2006. Isso significaria trabalhar com 100% de acesso a energia elétrica, já em 2006.

Os investimentos previstos na rede de distribuição foram de R\$ 133 milhões, sendo 75% deste montante de recursos federais e o restante custeado pelo governo estadual, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural. Além desses recursos, ainda seriam necessários investimentos em linhas de sub-transmissão e transmissão. A perspectiva do governo é de que a implementação do programa nessa Unidade da Federação deve gerar 7,5 mil empregos diretos e indiretos⁶, fundamentalmente pela possibilidade de verticalização da produção, por meio de programas específicos voltados para a agricultura familiar, que pudessem agregar valor ao produto, aumentar a renda e contribuir para a permanência no campo.

Esse ideário se reproduz no dizer do então governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, em 2005:

Luz nos assentamentos significa o desenvolvimento das famílias, isso melhora a qualidade de vida, pois podem ter um geladeira para guardar o doce, o leite. Podem ter uma televisão para se manterem informados (...). Podem comprar um triturador para fazer ração para o gado, assim, melhorando a produtividade. Ou seja, indiscutivelmente a luz elétrica, e as estradas, são fatores importantíssimos para desenvolver a área rural.⁷

Já vimos pesquisando, desde a graduação, o tema que aqui nos propusemos a trabalhar, em outra escala espacial. Na ocasião do Projeto de Iniciação Científica⁸, analisamos a Região Sul-Fronteira-MS, composta por 15 municípios na fronteira com o Paraguai, onde se encontravam implantados, na ocasião do projeto, 27 assentamentos rurais contemplados com a instalação da energia elétrica proveniente do LUZ PARA TODOS.

⁴ “Energia elétrica para todos os brasileiros até 2008” In: www.mme.gov.br 11.03.2003.

⁵ Site do Ministério de Minas e Energia In: www.mme.gov.br 25.06.2007.

⁶ “LUZ PARA TODOS” instala Comitê Estadual de Universalização no Mato Grosso do Sul” In: www.mme.gov.br 11.03.04.

⁷ “Zeca fala sobre eletrificação rural em programa de rádio” In: www.apn.ms.gov.br 03.12.05.

⁸ O Programa “Luz para Todos” como política de desenvolvimento nos assentamentos rurais da região Sul-Fronteira. PIBIC-CNPq-UFGD.

De acordo com dados oficiais, o Programa “Luz para Todos” já havia, no final de 2005, atingido perto de 100% de atendimento aos assentamentos rurais, no Mato Grosso do Sul, e em regiões como a do pantanal, onde as características físicas do relevo são mais complicadas para se levar a energia, estava sendo viabilizada fontes de energia alternativa. Essa informação foi passada por Carlos Augusto Longo, secretário de Estado de Infra-Estrutura do Estado. Segundo o Secretário, até o início de dezembro de 2005, já tinham sido investidos R\$117 milhões, sendo que R\$28,6 milhões de contrapartida do governo de Mato Grosso do Sul, R\$68 milhões do Governo Federal, R\$ 15,9 milhões da Enersul e da Eletrobrás e R\$10,3 dos proprietários rurais, que propiciou atendimento a 18.997 propriedades, beneficiando 85.500 pessoas. Mas a informação que conseguimos da Enersul foi de que para o que estava proposto foi atingido 100% das ligações previstas.

Nesse sentido, esse nosso projeto objetiva dar seqüência à discussão da estratégia de implementação do LUZ PARA TODOS em assentamentos rurais, em Mato Grosso do Sul, critérios de atendimento e acesso que geraram as proposições de instalação nos assentamentos do estado, as dificuldades e/ou facilidades constatadas no processo de implantação do Programa e as contradições inerentes às relações entre os sujeitos e os próprios objetivos do Programa .

Analisar essa estratégia governamental, implica em compreender o conteúdo discursivo e as ações programadas do Programa “Luz para Todos” como política pública, que se propõe ser de desenvolvimento regional e de inclusão social, na medida em que pretende a geração de renda e permanência dos assentados no campo. Trata-se de identificar os assentamentos e analisar o Programa, a partir dos dados de sucesso e implantação de postes, de energia residencial, mas também, através do dizer dos trabalhadores assentados e contemplados pelo Programa, as repercussões sócio-econômicas pela chegada da energia elétrica, o que favorece a compreensão das características e dos limites dessa estratégia de desenvolvimento econômico-social. Trata-se, também de discutir o discurso governamental que embasa as políticas públicas, a aplicabilidade e as contradições que são próprias dessa relação.

Justificativa

O Governo Federal está executando o ultimo ano do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), denominado “Plano Brasil de Todos”. Como o governo foi reeleito, a expectativa do próximo PPA (2008-2011) é de manutenção da concepção de um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além desse governo, destinado a promover transformações estruturais na sociedade brasileira. Os primeiros ensaios sobre esse novo PPA já indicam que o Programa LUZ PARA TODOS permanecerá em funcionamento, inclusive porque ele é considerado um sucesso pelo Governo e, do ponto de vista do contemplado, a pesquisa que desenvolvemos durante a Iniciação Científica pode verificar que há, de fato, satisfação da parte de todos os trabalhadores rurais que receberam a energia elétrica em casa.

Como já apresentamos anteriormente, o governo compreende que o acesso à energia é vetor de desenvolvimento social e econômico para as comunidades assistidas, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.⁹ Por isso, a ligação da energia elétrica até os domicílios tem sido gratuita e inclui a instalação de três pontos de luz e duas tomadas. Segundo a Enersul a potência da energia fornecida é de 5 a 6 KVA, e segundo a mesma essa quantidade é o suficiente para abastecer uma pequena propriedade, inclusive as que têm adquirido implementos que consomem grandes quantidades de energia.

Durante nossa pesquisa, no entanto, a potência da energia dispendida era um aspecto de insatisfação dos assentados que não conseguiam de fato implementar alguns serviços com qualidade, devido a potência da energia fornecida que era de 5 a 10 KVA e que gera queda no fornecimento, devido a sobrecarregar quando se utiliza um aparelho que necessita de alta voltagem para funcionar e a maioria dos equipamentos utilizados no trabalho do campo tem essa

⁹ “Energia elétrica para todos os brasileiros até 2008”. In: www.mme.gov.br. Acesso em 11.03.2003.

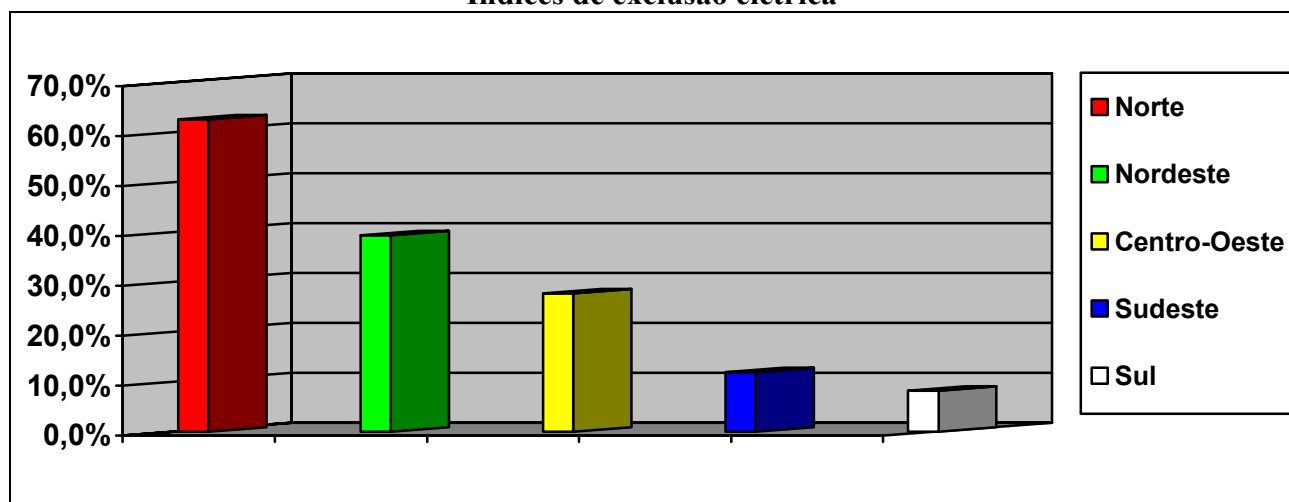
característica, essa realidade foi apontada por todos os assentados entrevistados, que vêem esse fator como defeito a ser corrigido.

De acordo com a informação do Inbra¹⁰ com o LUZ PARA TODOS, o próprio órgão já economizara R\$ 160 milhões em obras de eletrificação, em todo o Brasil. De acordo com informes do próprio Governo, através do Inbra, os recursos poupados foram investidos em outras obras de infra-estrutura como estradas e abastecimento de água para as famílias assentadas.

Na argumentação presente nos documentos oficiais que justificam o Programa, o uso de recursos públicos e a parceria com o setor privado na implantação do modelo do Programa evitam reajustes nas contas de luz. Se o investimento na eletrificação fosse feito apenas pelas concessionárias de energia, o gasto seria repassado integralmente para a tarifa de todos os consumidores. De modo que, as famílias atendidas pelo programa LUZ PARA TODOS que sejam da classe residencial, tenham ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kWh/mês terão desconto na conta de luz, como previsto na legislação. Esses reajustes acabaram sendo repassados para as contas que em muitos casos avaliados acabaram tendo seu fornecimento cortado, devido ao alto preço que as contas atingiram. Além desses reajustes, constatamos o problema da falta de leitura do consumo mensal dos assentados, pois os assentados em uma boa parte não sabiam fazer a leitura dos padrões, devido a sua baixa escolaridade, ou em outros casos não possuíam telefone para repassar os dados a Enersul.

Portanto os índices de exclusão elétrica por região, obedecem a seguinte ordem:

Índices de exclusão elétrica



Fonte: IBGE

No interior do Programa, as prioridades de atendimento são: projetos de eletrificação rural paralisados por falta de recursos; municípios com índice de atendimento a domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000; municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual; comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico; projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; assentamentos rurais; projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar; atendimento de pequenos e médios agricultores; populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza e populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas¹¹.

Nesse sentido, considerando o número expressivo de assentamentos já instalados, é representativa a atuação do programa no Mato Grosso do Sul. Em 2007 já eram 145 assentamentos,

¹⁰ In: www.inbra.gov.br 11.07.2007.

¹¹ In: www.mme.gov.br 26.05.2006 .

o que ratifica nossa investigação.

O Mato Grosso do Sul e o Programa “LUZ PARA TODOS”

O estado de Mato Grosso do Sul faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, junto com Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal e faz fronteira, ao sul, com dois países: Bolívia e Paraguai. Com posição geográfica centralizada, ele também faz divisa com cinco Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso. A localização central e próxima dos grandes centros consumidores (e industrializados) do País, certamente contribuiu muito para desenvolvimento econômico da agro-pecuária de exportação (agronegócio, agrobussiness). Por outro lado, essa “curta” distância é relativizada na relação com os investimentos de grande porte, industriais fundamentalmente, que são efetivamente aqueles que podem contribuir com a arrecadação estadual de modo mais significativo e que, em face das limitações dos corredores de transportes, são estruturados de modo ainda muito incipientes e encontram-se concentrados, em poucos municípios do estado.

A extensão territorial de Mato Grosso do Sul corresponde a 18% da Região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil, com 358.158,7 km². Dessa área territorial, 25% correspondem ao Pantanal Mato-grossense, com 89.318 km², de modo que concentra em seu território dois terços desse complexo ecossistema. O Mato Grosso do Sul, ainda, encontra-se dividido em duas grandes bacias hidrográficas: a do Rio Paraná, constituída basicamente de chapadões, planaltos e vales, e a do Rio Paraguai, constituída de patamares, depressões e depressões interpatamares, formando o Pantanal nas regiões chaquenha e pantaneira.

Resultado de um processo de divisão territorial que separou a porção Sul do então Mato Grosso da porção Norte, criando duas novas Unidades Federativas, em 1977, foi implantado enquanto Unidade Federativa, apenas em 1979, por força de lei e evidentemente de interesses político-econômicos. Historicamente, os povos do norte e do sul mato-grossense se diferenciaram e um dos aspectos a ser destacado poderia ser o processo de ocupação e colonização, mas também o são nas suas características físico-naturais e econômicas.

No Sul, por exemplo, podemos citar a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND –, que foi criada no final dos anos 40 e inicia seu processo de ocupação nos anos 50, com a chegada de levas de nordestinos, paulistas, mineiros, que vão ocupar as terras da colônia federal e dar uma configuração fundiária diferente, calcada nas pequenas propriedades. Mas a ocupação do Sul do estado é mais antiga, tendo sido palco da exploração da erva-mate, nativa na região, da guerra do Paraguai e de relações conflituosas ou não entre índios e não-índios, de modo que também carrega a lógica da grande propriedade, principalmente ligada à pecuária extensiva.

Segundo Abreu (2001), apesar da Matte Laranjeira e das grandes fazendas voltadas para a atividade pecuária extensiva, até os anos de 1950, a participação de Mato Grosso na economia nacional era insignificante, de modo que consolidaria-se de fato como área de reserva para valorização futura.

Para a autora, a partir de meados de 1950, a parte austral do atual Mato Grosso do Sul, será incorporada a economia do sudeste brasileiro, em virtude do crescimento industrial (implementação das multinacionais), que empurra seus cafezais para o interior, extrapolando os limites do Paraná (Norte) e do Mato Grosso (Sul). Esse vai ser um período já de intensa migração e instalação de colonizadoras no extremo Sul mato-grossense. Esse processo promove uma configuração fundiária baseada na pequena e média propriedade, resultado desses processos colonizadores e que vai voltar-se especialmente para a agricultura e pecuária extensiva, nas áreas de campos de vacarias.

Além disso, a partir dos anos setenta até meados dos anos oitenta, para o Sul, atual Mato Grosso do Sul, observa-se o aprofundamento do processo agroindustrial com a possibilidade de atrair unidades industriais para efetivar a desconcentração industrial, tão propagada como uma política de planejamento do desenvolvimento e da distribuição da riqueza.

No Norte, por sua vez, permanecia o conceito de “vazio”, para o qual se incrementou investimentos em ocupação, pautados em política de migração, de extrativismo vegetal e mineral,

de madeiras, passando todo o território do novo Mato Grosso a fazer parte das áreas de incentivos da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. (Abreu, 2001)

Os anos de aprofundamento do processo agroindustrial contribuiu para o êxodo rural, a concentração fundiária e ao mesmo tempo para o crescimento dos movimentos de luta pela terra e a instalação dos assentamentos, em todos os estados, não sem sangue ou sem embates. Nesse sentido, no Mato Grosso do Sul, desde os anos 80, vem sendo implantados muitos assentamentos, são cerca de 145 no Estado e a maioria deles instalados sem infra-estrutura adequada para a produção. Certamente, as péssimas condições que estão colocadas para os assentamentos tem haver com as dificuldades de permanência das famílias, pela própria dificuldade de produzir e fazer chegar essa produção nos mercados.

Assim, a implementação do programa LUZ PARA TODOS tem um apelo forte na geração de renda e na inclusão social. De acordo com a imprensa, nessa Unidade da Federação, o Programa deveria contribuir com a geração de 7,5 mil empregos diretos e indiretos.¹²

Segundo o governo estadual (Mato Grosso do Sul, 2003, p.17).

A eletrificação rural de Mato Grosso do Sul é uma condição básica para viabilizar a produção dos agricultores familiares, abrindo possibilidades para a verticalização produtiva por meio de programas específicos. No que diz respeito à propriedade rural tradicional, isso significa a abertura de um novo horizonte de produtividade, (...).

Com tais pressupostos nessa pesquisa delimitamos os assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul contemplados com a instalação da energia elétrica proveniente do “Luz Para Todos”. Essa análise será desenvolvida sobre as regiões de desenvolvimento ao qual o Estado define segundo características que norteiam as potencialidades e agrupam municípios formulando propostas conjuntas de desenvolvimento econômico e social. (Ver Figura 01).



Figura 01: Mato Grosso do Sul: Divisão Política do Desenvolvimento Regional

A referida operacionalização é de responsabilidade do Comitê Gestor Estadual, que é a

¹² “LUZ PARA TODOS” instala Comitê Estadual de Universalização no Mato Grosso do Sul” In: www.mme.gov.br. Acesso em 11.03.04.

instância na qual se prioriza as demandas, o andamento do Programa e o cumprimento da meta estadual de universalização do uso da energia elétrica. O Comitê Gestor do Programa Luz Para Todos no Estado de Mato Grosso do Sul é formado por representantes de todos os segmentos envolvidos nessa política pública de tentativa de universalização de energia e geração de renda, Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governo estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil,

Em função da abrangência do Programa, o Mato Grosso do Sul vem sendo colocado como modelo na implantação do “Luz para Todos”, o que torna extremamente interessante analisar como se materializa a relação entre políticas públicas e a população. O programa Luz Para Todos, nos trás a perspectiva de entender como funcionam as políticas públicas de um modo geral e o próprio papel do Estado como agente viabilizador, suas relações com as diferentes frações de classes que compõe a sociedade e principalmente suas repercussões dentro dos assentamentos rurais que possuem especificidades próprias.

Com o fenômeno da mundialização, novas situações espaciais se formaram, principalmente pelo novo rearranjo de ordem chamado de divisão internacional do trabalho, que cria realidades diferentes a cada porção dos territórios. Essa economia mundializada, tende a fazer com os países se unam em blocos econômicos para se tornarem mais competitivos frente a um mercado produtivo cada vez mais exigente, questão esta, posta cada vez mais como fundamental pelos economistas da América Latina e do restante do mundo. Apesar das crescentes concentrações e exclusões providas do sistema capitalista de produção, verifica – se na América Latina, uma sinalização de governos de origem de esquerda que apesar das muitas críticas que se possa fazer tem viabilizado projetos que visam atender uma parcela da população que de certa forma não estão colocadas dentro das parcelas dominantes da sociedade capitalista.

Dentro desse contexto são pensadas alternativas de desenvolvimento econômico quase sempre atrelado à proposta de melhoria nas condições sociais de diferentes grupos que compõe as classes de menor poder aquisitivo. É esse o caso dos assentamentos rurais, que agora se enxergam diante de uma realidade cada vez mais latente que é o paradigma ao qual esta envolvida a discussão sobre a pequena propriedade, principalmente na questão de implementar ou não políticas de cunho econômico. As próprias mazelas do sistema produtivo têm provocado pressão por parte dos movimentos sociais, que apesar de passar por momento histórico difícil tem ganhado força crescente de diferentes segmentos, a fim de fazer com que o Estado viabilize programas de apoio e incentivos a pequenos e médios produtores. Essas atitudes demonstram o jogo de relações de força e poder entre as diferentes frações de classe e que o Estado (e os governos, por suposto) tem de considerar a fim de se sustentar, atendendo os pequenos produtores, nesse caso específico, mas de uma forma geral, reproduzindo a política que é de interesse da classe agrária burguesa que ocupa lugares estratégicos dentro da ossatura organizacional do Estado, fato esse abordado por Poulantzas (1978,p.193):

Observa – se que o conteúdo político dessas funções está inscrito na materialidade institucional e no arcabouço material do aparelho de Estado: o que se verifica aqui inclusive, até nas medidas técnico-sociais do Estado.

Como afirma o autor, essas políticas são uma forma de reproduzir políticas para classes, onde as mesmas posicionam-se respectivamente de acordo com seus próprios interesses, representados política, jurídica e ideologicamente, haja a vista que as políticas de uma forma geral, não são de caráter amplo, mas sim respondem aos interesses de determinadas classes.

Dentro dessas perspectivas o programa “Luz Para Todos” torna-se um dos principais programas com possibilidades alavancar e tornar a pequena propriedade economicamente viável, pois teoricamente aproxima os assentados de alternativas produtivas de diferentes espécies e tem contribuído para que mais pessoas se aproveitem das benesses que a energia elétrica pode proporcionar.

A iniciativa da universalização da energia elétrica como promotora de desenvolvimento é

defendida por vários segmentos da sociedade, sejam eles políticos ou até mesmo a sociedade civil organizada e teve que se deparar com a realidade do baixo atendimento elétrico de Mato Grosso do Sul, além de estar lidando com áreas de assentamentos rurais familiares que especificamente representam uma forma de produção não vinculada ao chamado agronegócio, ou seja, diferente dessa última modalidade que se ajusta aos parâmetros capitalistas de produção.

Os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul inseridos no referido Programa, possuem características diversas quanto aos seus espaços, muitos deles passando por dificuldades inerentes a maioria dos assentamentos rurais brasileiros, como por exemplo a baixa fertilidade das terras, ausência de uma política efetiva de acompanhamento técnico, no qual as carências vão desde a falta de infra-estrutura de trabalho para os órgãos responsáveis em executá-la, como por exemplo a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), até mesmo fatos de caráter econômico e natural, como as recentes “crises” envolvendo o agronegócio e que tem gerado grandes dificuldades de pagamento de contas de pequenos produtores que são os agentes que mais sofrem com essas mazelas do sistema produtivo capitalista.

Analisar o LUZ PARA TODOS e os instrumentos operacionais utilizados no interior dessa estratégia governamental, no Mato Grosso do Sul são importantes e permitem compreender a relação entre a base teórica (discursiva) proposta e a prática (a implantação do Programa no interior dos assentamentos). Para tanto deveremos caracterizar, para compreender, o programa e seus propósitos, conhecer os agentes, o que implica em analisar o funcionamento do Comitê Gestor Estadual, identificar e caracterizar os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul inseridos no referido Programa, compreender a visão dos assentados contemplados e as repercussões sócio-econômicas da chegada da energia elétrica nesses assentamentos rurais.

Para sistematizar... Pensando o Mato Grosso do Sul e o Programa “LUZ PARA TODOS” nos assentamentos da Região Sul-Fronteira

Resultado de um processo de divisão territorial que separou a porção Sul do então Mato Grosso da porção Norte, criando duas novas Unidades Federativas, em 1977, foi implantado enquanto Unidade Federativa, apenas em 1979, por força de lei e evidentemente de interesses político-econômicos. (Abreu, 2001)

Para a autora, os anos de aprofundamento do processo agroindustrial decorridos contribuíram para o êxodo rural, a concentração fundiária e ao mesmo tempo para o crescimento dos movimentos de luta pela terra e a instalação dos assentamentos, em todos os estados, não sem sangue ou sem embates. Nesse sentido, no Mato Grosso do Sul, desde os anos 80, vem sendo implantados muitos assentamentos. São cerca de 145, em todo o estado, e a maioria deles instalados sem infra-estrutura adequada para a produção. Certamente as péssimas condições que estão colocadas para os assentamentos, tem haver com as dificuldades de permanência das famílias, pela própria dificuldade de produzir e fazer chegar essa produção nos mercados.

Assim, a implementação do programa LUZ PARA TODOS tem um apelo forte na geração de renda e na inclusão social. De acordo com a imprensa, nessa Unidade da Federação, o Programa deveria contribuir com a geração de 7,5 mil empregos diretos e indiretos¹³.

Os assentamentos rurais da região sul-fronteira, estão inseridos numa espacialidade peculiar a todo o Estado de Mato Grosso do Sul, onde a concentração de terra gera características como o grande distanciamento entre as cidades, além de contribuir para uma formação organizacional do Estado, que é histórica e molda a estratégia governamental com uma carga

¹³ “LUZ PARA TODOS” instala Comitê Estadual de Universalização no Mato Grosso do Sul” In::www.mme.gov.br. Acesso em 11.03.04.

ideológica muito forte, provocando forças muito latentes no sentido de frear as lutas pela reforma agrária. É interessante notar como essa visão agroexportadora tem sido adotada pelos governos estaduais, até mesmo, no caso de Mato Grosso do Sul, o Governo do Jose Orcirio dos Santos, que é do Partido dos Trabalhadores.

Os assentamentos de Mato Grosso do Sul são na sua grande maioria espaços onde se desenvolve a reprodução da força de trabalho familiar, que não utilizam técnicas avançadas, e é exatamente na falta de assistência técnica que se encontra a maior dificuldade de resistência, onde a permanência sobre a terra consolida sua essência. É notória falta de interesse dos governantes que representam na sua grande maioria a classe agro-exportadora que detêm a maior parte das terras do Estado, em fomentar o auxílio a esses pequenos proprietários, pois a ausência de políticas ou até mesmo o direcionamento delas, está recheada de intencionalidade, que materializa o que se denomina Estado.

Outra crítica e divergência nas falas dos agentes envolvidos na implantação do programa é quanto a quantidade de pessoas atendidas, por exemplo. Segundo Celso Marlei, como citamos antes, todos os assentamentos foram atendidos, mas durante as entrevistas foi observado que os assentamentos que não cumpriram um dos requisitos que era o de ter as casas construídas, foram deixados para uma etapa posterior de atendimento do programa:

Os assentados onde existem casas já foram atendidos, falta alguma coisa, alguma parcela em torno de 700 no assentamento Itamaraty 2, porque as casas ainda não estão prontas, no entanto a gente vai levar energia para lá, a gente vai atender como atendemos todos os outros assentamentos, é claro que tem aí em torno de 8 mil propriedades em ralação a assentados que estão em curso e que o INCRA está trabalhando, tá abrindo ruas, tá fazendo demarcação dos lotes, e depois disso vai ser feito a construção das casas e isso aí a gente vai trabalhar em paralelo com o Incra pra estar fazendo (sic) chegar a energia nos assentamentos, e é claro, havendo a disponibilidade de recurso do governo federal, do Estado e da Enersul¹⁴.

Dos 17.800 cadastrados no Programa, cerca de 5.200 pessoas tinha algum tipo de restrição que gerou a negação da ligação da rede de energia elétrica.

Ainda, é fato a existência de algumas pessoas mal intencionadas, que quiseram somente se aproveitar da instalação da energia apenas como forma de valorização da propriedade, já que não residia no endereço indicado no pedido de atendimento.

Desde o início de sua implantação, o referido programa não tem beneficiado as pessoas que residem a mais de 2km da rede de distribuição, fato notado inclusive na fala dos agentes operacionalizadores, como por exemplo, na fala do representante da Enersul:

(...) As pessoas fazem o cadastro, a Enersul faz o cadastro da pessoa e da localização da propriedade, e aí o pessoal nosso vai e faz o levantamento da distância da propriedade em si, e vai atendendo em função da distância de cada um, é claro que a gente tem uma orientação de dinheiro sobre isso, então nós estamos atendendo as propriedades com limite de até 2 km, quem tá acima disso a gente não tá atendendo, mesmo porque o dinheiro que nos foi liberado não atende, mas a maioria das propriedades tão sendo e vão sendo atendidas¹⁵.

Esse fato ocorreu devido o programa em sua primeira etapa de implantação ter liberado por

¹⁴ Celso Marlei representante da Enersul e presidente do comitê gestor, em entrevista pessoal 17/09/2006.

¹⁵ Celso Marlei, representante da Enersul e presidente do comitê gestor do programa, em entrevista pessoal, 17/09/2006.

parte do governo apenas 7.000 reais por cliente beneficiado, verba essa que segundo o representante do agente executor (Enersul), não cobre os custos de implantação do programa em muitas localidades. Na sua segunda etapa de implantação a verba liberada pelo MMI (Ministério de Minas e Energia) e Eletrobrás, passou a ser de 9.980 reais, valor esse que segundo o mesmo representante também não cobre os custos da implantação:

(...) Na segunda etapa do programa Luz Para Todos, a quantia de dinheiro passou a ser de 9980 reais por cliente e o que acontece é que a gente não consegue atender o espaço como um todo, porque tem cliente que está a 3 quilômetros da rede, se 1km de rede monofásico ta em torno de 8 a 9.000 reais, mais o imposto de consumação dá em torno de 5 a 6 mil reais, você pega 3x9 já dá 27, mais os 6 mil de imposto de consumação dá 33 mil e no entanto nós só tiramos no programa contrato assinado de 9.980 reais¹⁶.

O atendimento da maioria dos clientes tem sido possível devido ao alto atendimento de indígenas e de assentados que tem custo médio de implantação de energia orçado em torno de R\$3.000,00 para as aldeias indígenas e de R\$5.000,00 a R\$6.000,00 para os assentamentos. Esses dois segmentos têm como características comuns ficarem concentrados em pequenos espaços, isso gera um custo menor que a quantidade de recurso investida pelo governo que é de 9.980 reais, fazendo com que seja possível compensar e atender aos chamados convencionais. No caso dos indígenas, a quantidade estimada de atendimento que girava em torno de 2.800 índios, e hoje chega ao número de 6.000, possibilitando o atendimento de vários outros consumidores convencionais.

Durante as entrevistas realizadas nos assentamentos, um dos pontos ruins indicados por vários assentados, girava em torno da quantidade de força medida por KVA (medida de potência elétrica), que era segundo a Enersul de 5 a 6 KVA, e que segundo a mesma seriam o suficiente para abastecer uma pequena propriedade, inclusive as que têm adquirido implementos que consomem grandes quantidades de energia. Tal questão foi apontada por todos dos assentados entrevistados, em nove assentamentos, e representa 100% dos entrevistados.

Os assentados dizem que essa potência energética não é suficiente e que em momentos de extremo uso a energia não basta. Vejamos essa fala:

(...) Quando nós ligamos um triturador, por exemplo, nós não podemos forçá-lo muito, porque a chave de energia cai, ou se ele esta ligado ao mesmo tempo em que um outro eletrodoméstico, mesmo sem forçar a energia cai¹⁷.

Outro problema constatado no programa refere-se ao preço da energia cobrado dos assentados, pois a proposta do Programa é que o governo utilizaria recursos próprios para evitar o aumento nas contas de energia dos assentados. Infelizmente a concessionária de energia do Estado de Mato Grosso do Sul (Enersul), tem cobrado altas taxas sobre o consumo dos assentados de um modo geral. Entre as taxas cobradas encontram-se, serviços de transmissão, serviços da distribuição, encargos setoriais e tributos incidentes. (ver figura 1 e 2 anexos).

Situação que, no dizer Elizabete Marques de Lima¹⁸ o Comitê Gestor não tem prestado conta aos assentados no sentido de explicar de onde essas taxas são oriundas e porque a leitura dos padrões não é realizada em residências de assentados que não sabem fazer a leitura dos dados para

¹⁶ Celso Marlei, representante da Enersul e presidente do comitê gestor do programa em entrevista pessoal. 17/09/2006.

¹⁷ Misael Francisco da Silva, dono do lote 182 no assentamento Floresta Branca, localizado no município de Eldorado – MS, em entrevista pessoal no dia 11/08/2007.

¹⁸ Dona do lote 14 no assentamento Santa Renata no município de Tacuru- MS em entrevista pessoal no dia 10/08/2007.

repassar para a Enersul, o que tem gerado o atraso e acúmulo de contas. Tal situação, segundo Elizabete Marques de Lima, já conduziu muitos assentados ao corte do fornecimento de energia elétrica, por não conseguirem pagar suas contas.

Aspectos que nos permite entender que há contradições inerentes ao Programa e a sua efetiva instalação no interior dos assentamentos.

Algumas Considerações

O Programa Luz Para Todos, pudemos constatar, pelo dizer dos assentados, principalmente, é um programa muito importante no sentido de permitir o acesso de pessoas, antes sem possibilidade alguma, ao mundo da energia, que quer dizer acesso maior à informação, a serviços de saúde, que muitas vezes dependem de energia para serem implantados, a melhoria das condições de acesso a educação, água, ou seja, é muito difícil a vida de uma pessoa, nesse início de século, em tempos de globalização, que vive sem energia elétrica e nesse sentido o Luz Para Todos pode ser citado como um programa de referência em nosso país.

Durante as entrevistas foi possível constatar a satisfação em ter conseguido o fornecimento de energia elétrica pelos assentados, de uma forma geral, e segundo os mesmos, a vida deles melhorou muito devido à energia. Os dizeres apresentados nesse trabalho demonstraram isso. Todos, sem exceção, são favoráveis à implantação do fornecimento de energia elétrica, nos assentamentos que visitamos, da Região Sul-Fronteira.

Como o principal agente dessa proposta de tentativa de universalização da energia temos o Estado, e é nele que se encontram as principais fontes capazes de proporcionar uma interpretação sobre a essência das chamadas políticas públicas. Quando pensamos nas imposições que estas políticas deferem, a questão que envolve o poder do Estado se torna mais latente no que diz respeito ao espaço produzido através dos governos. (Castro, 2005, p.108).

Essa questão dos conflitos de interesses existentes nas políticas do Estado é notória quando nos deparamos com as intenções de transformar as pequenas propriedades rurais em empresas capitalistas auto-suficiente e racionalizadas a partir da lógica de mercado, como negação à própria racionalidade da vida em envolvimento com a terra, racionalidade esta que tem a finalidade de produção de alimentos para subsistência e possível venda de pequeno excedente gerado, caso que observamos nos assentamentos visitados, portanto a partir dessa defesa por parte do Estado é que se embasam os discursos para mobilização de uma quantidade significativa de capital, para atendimento de uma parcela da população que não representa a elite agrária do estado de Mato Grosso do Sul, fazendo o jogo ideológico de representatividade do Estado perante a sociedade de um modo geral.

É importante também considerar que quase que via de regra, as políticas chamadas de públicas, que tem grande apelo social, se apresentam vinculadas à questão econômica, como é o caso do programa “Luz Para Todos”, mostrando que a única forma de ter seus direitos garantidos pelo Estado é como já foi dito a inserção, a lógica produtivista do mercado através de sua racionalização.

Outra parte fundamental dessa análise é como o Estado implementa e gerencia as suas ações, e continuamos nos reportando a Castro (2005, p.108). , quando afirma que:

Composta por um corpo qualificado de funcionários, a estrutura administrativa desse Estado, respaldou a criação de uma rede conectiva, única e unitária, que modelou a estrutura organizativa formal da vida associada, transformando-se em autêntico aparelho de gestão do poder sobre a sociedade e sobre o território. Este aparelho torna-se operacional em processos cada vez mais próprios e definidos de acordo com objetivos concretos, como a paz interna do país, a eliminação do conflito social, normatização das relações de força

através do exercício monopolístico do poder.

Pensando o caso do Programa “Luz Para Todos”, a forma como os Governos implementam essa política demonstra as normas elaboradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), onde se racionaliza a ação, criam-se normas e prioridades de atendimento.

Notadamente, o Programa assumiu um caráter social e está implícito nele o objetivo de corrigir disparidades regionais que foram construídas historicamente nesse país, mas a crítica maior que podemos fazer para contribuir com o pensar estas e essas ações é que o Estado, por ser algo onde estão intrínsecas diferenças e dominações, cria para si, através dos níveis já apontados (que são: jurídico, político e ideológico), barreiras, fazendo com que não ocorra a descentralização das decisões e uma democracia participativa, de fato.

O caso por exemplo do Comitê Gestor Regional do Programa “Luz Para Todos”, onde se reúnem todos os envolvidos na concretização do Programa, é visto como algo importante pelos assentados entrevistados e pelos representantes da Unidade Federativa e das empresas particulares. Nessas reuniões, são analisadas possíveis correções ou modificações na prioridade do atendimento local, porém não possuem poder deliberativo, e isso, muitas vezes, impõe limites e até torna parte dos assentados impotentes perante o não atendimento de uma necessidade. Mesmo entendendo que o caráter deliberativo significa uma ruptura da lógica existente, pensamos que é nesse sentido que uma possível evolução das políticas e conseqüentemente do próprio Estado possa ocorrer, gerando assim uma maior mobilização e participação social que na conjuntura atual é vista pela população como algo distante.

Entendo que a proposta do programa é provocar mudanças estruturais na sociedade, em longo prazo, e isso de fato pode vir a acontecer, desde que se realize em conjunto com o programa, outras políticas, que ainda não estão sendo implementadas, é o caso de uma reforma agrária nas áreas de maior concentração de terras produtivas, reforma urbana, onde a cidade é pensada pelo lado do convívio social e não apenas do comércio como é a realidade hoje, dar a sociedade amparo educacional libertário e não quantitativo, criando cidadãos e não consumidores apenas.

Se o governo coloca os assentamentos dentro dessa lógica produtiva capitalista, penso que a energia elétrica por si não provocará mudanças para assentamentos que não tiverem um amparo produtivo, com assistência técnica responsável e comprometida com a sociedade ao qual ela presta seus serviços e que não valorizem a educação de qualidade no campo mantendo seus vínculos com a terra e cooperação social.

É preciso além de todos esses apontamentos, tempo, pois os assentamentos analisados na região Sul-Fronteira têm em média quatro anos de criação e entre esse processo e a mobilização para o impulsionamento de alguma atividade leva um maior tempo.

Observando a proposta de implantação e sua operacionalização, é possível compreender que o Programa, na Região Sul –Fronteira, se trata de uma política pública no sentido de que proporciona o atendimento a todos que se encaixam nos requisitos elaborados pelo governo, porém nessa situação fica interessante analisar como o papel burocrático exerce fundamental importância, pois delimita o acesso e de um ponto de vista mais amplo o significado da técnica que cria condições qualitativas a energia elétrica, o que gera do ponto de vista do capital uma separação entre aqueles que detêm o dinheiro e usufruem de uma energia de melhor qualidade e aqueles cuja a saída se torna uma medida paliativa. Nesse caso a própria técnica, pode e deve gerar mudança na deficiência da potência energética, tornando-a apta ao que se propõe.

Entendemos que com Programa Luz Para Todos, o governo tem um desafio imediato, que é o de reduzir a cobrança de tantas taxas nas contas de energia dos contemplados. Se isso não for resolvido, com certeza, haverá comprometimento do Programa. É preciso, ainda, que a questão da potência da energia fornecida seja resolvida para que, de fato. Os assentados possam utilizar a energia como vetor de desenvolvimento econômico.

Pensamos a vida no campo e vemos a terra, como significado de produção, de sobrevivência e os enfrentamentos dentro do meio acadêmico sempre tem estado voltado para produzir conhecimentos que contribuam com a sociedade, que possa nos permitir questionar, porém entendemos que a transformação no modo de viver e produzir no campo, assim como na vida social, em geral, não estão desvinculadas, e que esse é um processo.

Assim, ao nos depararmos com a situação de que os assentados, mesmo sendo obrigados a participar dessa atual forma de produzir, com o intuito de sobreviver, mas também de atender a demanda de uma produção industrial, que exige mais a cada dia, de todos os seres humanos, penso também que ajudando a essas pessoas que possuem um conhecimento prático e não acadêmico a serem entendidas, contribuimos significativamente, pois os assentados conhecem melhor o problema, pois o enxergam do lado de quem os vivência, e de uma forma mais intensa respectivamente, e essa resistência mesmo sendo uma resistência engajada nos moldes capitalistas, pode contribuir com direcionamentos a fim de superar esse sistema atrasado, arcaico. Portanto investir em atividades alternativas é fundamental para que os assentamentos, não sofram com possíveis crises, que comprometam a permanência dessas pessoas no campo.

Bibliografia

ABREU, S. *Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense - Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Programas de desenvolvimento regional. PPA 2004-2007*. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2003.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Programa Luz para Todos*. In: www.mme.gov.br.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.

MATO GROSSO DO SUL. Governo de. *PPA 2004-2007 - Construindo o novo Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: SEPLANCT. 2003.

MATO GROSSO DO SUL. *Plano regional de desenvolvimento sustentável região Sul - Fronteira*. Campo Grande: Seplanct, 2002.

SOUZA, A. O. & DANTAS, O. *Plano regional de desenvolvimento da região Sul Fronteira*. In: 4ª Seminário Internacional Humboldt. Puerto Iguazu (Argentina), 2004.

Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. <http://www.incra.gov.br/>

Ministério do Minas e Energia. <http://www.mme.gov.br>

Estado de Mato Grosso do Sul. <http://www.ms.gov.br>